



**RELATÓRIO E
CONTAS
ANUAIS
2022**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2022

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da REALTRANSFER - Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Rua Augusta, n.º 280, 3º andar em Lisboa, Portugal, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa coletiva 508 012 015, apresenta o Relatório & Contas referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022.

1
A B ✓

RELATÓRIO & CONTAS DE 2022

ÍNDICE

I.	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
	1. Órgãos Sociais	4
	2. Enquadramento MacroEconómico	5
	3. Empresa	6
	4. Sucursais no Exterior	7
	5. Resultados e Situação Financeira	7
	6. Controlo Interno	9
	7. Perspetivas - Ano de 2023	10
	8. Proposta de Aplicação dos Resultados	12
	9. Reconhecimento	13
II.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	14
	Balanço	15
	Demonstração de Resultados	16
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
	Demonstração das Alterações do Capital Próprio	18
	Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	19
III.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO ...	43



RealTransfer
INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2019-2022.

Mesa da Assembleia Geral

Raul de Almeida Capela – Presidente

Isabel Maria de Oliveira e Silva – Secretária

Conselho de Administração

Pedro Alexandre da Conceição de Mascarenhas Santos - Presidente com funções executivas

Vera Figueira Aires – Vogal com funções executivas

Vasco Linhares de Lima Álvares de Melo – Vogal sem funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Lázaro Oliveira Brito (ROC) – Revisor Oficial de Contas

Miguel Nolasco Palma – ROC Suplente

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2022 foi finalmente um ano de significativa retoma, tanto para a economia como para o quotidiano de consumidores e cidadãos, depois de quase dois anos fortemente marcados pelo impacto negativo provocado pela pandemia de vírus SARS-COV-2. O ano de 2022 foi o ano de significativa viragem, tal como poderá ser constatado ao longo do presente relatório.

Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 3,4%, registado assim uma ligeira queda no crescimento quando comparado com os valores referentes a 2021, que se situaram nos 5,5%. Também na zona Euro o PIB teve um crescimento de 3,5%, depois de ter crescido 5,3% em 2021. Já em Portugal o cenário foi mais animador, com o PIB a crescer 6,7% em 2022, o maior crescimento registado desde 1987 e ficando ligeiramente acima dos 6,5% previstos no Orçamento de Estado.

Como consequência do conflito armado na Ucrânia e das disrupções provocadas nas cadeias de logística durante a pandemia de COVID-19, registou-se durante 2022 a taxa de inflação mais elevada dos últimos 20 anos a nível global, com uma subida média de 8,1%.

Apesar da significativa perda de paridade de compra por parte das famílias que esta crise inflacionista acarretou, com especial incidência na Europa, os Bancos Centrais viram-se pressionados a subir as principais taxas de referência de forma a conter este fenómeno em 2023, que ainda assim se prevê que se situe acima do limite desejável de 2%.

No que diz respeito ao panorama Português, a taxa de inflação foi de 7,8% em 2022, a mais elevada desde 1992 e muito acima dos 1,3% registados em 2021. Prevê-se que em 2023 a taxa de inflação se mantenha elevada, mas em torno aos 5,4%.

No que diz respeito à taxa de desemprego em Portugal, esta situou-se nos 6%, menos 0,6% face aos valores registados em 2021, os valores mais baixos desde 2002. Em 2022 a população empregada atingiu um máximo histórico de 4,9 milhões o que demonstra um dinamismo inesperado do mercado de trabalho português.

O dívida pública portuguesa totalizava 113,8% do PIB em 2021, valor este que recua para valores pré pandemia e pré-troika. No Orçamento de Estado para 2022 prevê-se que haja mais uma redução acentuada no endividamento publico, prevendo-se que este passe a ser de 110,8% do PIB, graças ao aumento da receita fiscal impulsionada pela inflação e impostos indirectos.

O sector do turismo é de extrema relevância para a economia portuguesa e teve em 2022 valores muito próximos dos records registados em 2019, ficando apenas 2,3% abaixo no número de hospedes e uns insignificantes 0,9% no de dormidas. O principal mercado de visitantes foi o Reino Unido, com 19,3% das dormidas de não residentes, seguindo-se o mercado Alemão (11,5%) e Espanhol (10,8%). Os valores deste setor já representaram cerca de 8% dos valores totais do PIB em 2022, contra os 6,6% registados em 2021.

No que diz respeito às receitas, estas registaram um valor recorde de 22 mil milhões de euros, cerca de 20% mais que os valores registados em 2019, considerado o melhor ano de sempre para o Turismo em Portugal.

3. EMPRESA

Como referido anteriormente, o sector do Turismo a nível Mundial apresentou uma notória recuperação no ano de 2022, apesar de não chegar ainda nos valores registados em pré-pandemia, os indicadores revelaram-se todos muito positivos. Na empresa RealTransfer esta recuperação teve por consequência um exponencial aumento nos proveitos em operações *Cambiais Notas e Moedas*, um dos principais serviços da empresa, aumento este que rondou os 300% se comparados com o ano anterior (1.377.466€ em 2022 vs 464.471€ em 2021) e registou um aumento de 225% se compararmos com os valores pré-pandemia de 2019 (609.748€).

Relativamente aos dois principais mercados externos para a empresa, o Brasil parece ter conseguido estabilizar os distúrbios políticos que se fizeram sentir no seguimento da vitória do Presidente Lula da Sila em Outubro de 2022, sendo que o crescimento modesto previsto

aliado a uma taxa de 13,75% nos juros de referência no mercado interbancário do país, a segunda mais alta dos últimos 12 anos, indiciam a manutenção da tendência dos fluxos migratórios para o nosso país com o correspondente robustecimento das remessas.

Já no que diz respeito a Angola, após a reeleição do seu Presidente João Lourenço que trouxe consigo algumas reformas económico-financeiras, permitiu à economia do país registar um crescimento de 0,7% no PIB, saindo da recessão em que se encontrava desde 2016. No entanto, esta alteração não teve ainda um impacto relevante na actividade da nossa empresa durante o ano de 2022. No entanto a circulação relativamente facilitada de divisa estrangeira e o retomar do fluxo de passageiros com destino a Portugal, apontam para continuação da recuperação deste importante mercado.

Apesar de todas as adversidades que o SARS-COV-2 trouxe, a RealTransfer mantém-se uma empresa sólida e com forte presença no mercado nacional tal como tinha antes de toda a situação de Pandemia, saindo fortalecida depois de ultrapassar todas as adversidades.

4. SUCURSAIS NO EXTERIOR

No final de 2022 a RealTransfer dispõe de apenas uma sucursal aberta, que é a Sucursal de Espanha, mantendo-se o processo de encerramento iniciado anteriormente.

5. RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os *Proveitos* totais da empresa durante o ano de 2022 (5.144.083,22€) apresentaram um acentuado crescimento, de cerca de 17% comparativamente aos valores registados em 2021 (4.268.036,34€).

Os Proveitos da RealTransfer provêm essencialmente de três grandes rúbricas, que são elas:

7
A
A

- Reavaliação cambial em divisas – 3.312.580,11€
- Reavaliação cambial notas e moedas – 1.377.466,10€
- Comissões – 430.619,38€

No que diz respeito aos proveitos gerados unicamente pela reavaliação cambial em divisas estes totalizaram 3.312.580,11€, representando este valor um crescimento significativo relativamente aos proveitos registados em 2021 (2.940.309,64€) nesta rubrica. Por outro lado, os proveitos gerados pela reavaliação cambial de notas e moedas registaram uma acentuada subida, passando de 464.470€ em 2021 para 1.377.466€ em 2022, representando um crescimento de cerca de 300%.

No que respeita às comissões, as mesmas acompanharam a tendência de subida das outras rubricas, registando um proveito de 430.619€, contra os 252.713€ registados em 2021

Relativamente ao total de *Custos*, estes registaram um aumento relevante, passando de 4.161.544€ em 2021 para 4.892.594€ em 2022, representando cerca de 15% de aumento.

Nesse sentido, passamos a detalhar os itens com maior expressão nesse aumento:

- Aumento da rubrica de custos de pessoal em 26% totalizando 2.071.405€ em 2021 contra os 2.624.426€ registados em 2022. Grande parte deste aumento é justificado pela contratação de pessoal, considerando que no final do ano a RealTransfer que contava com mais 15 colaboradores que o mesmo período do ano anterior.
- A rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros sofreu também um aumento de 13%, passando de 1.058.470€ em 2021 para 1.203.922€ em 2022. Parte desta subida deveu-se à regularização dos montantes das rendas, visto que muitas delas tiveram significativos descontos em 2020 e em 2021 e também pelo aumento na rubrica das *Deslocações e Estadas* e nas *Despesas de Representação*, derivado do acelerar da actividade económica da empresa.
- Durante o ano de 2022 o valor em divida das empresas do Grupo rondou os 70% do total do Ativo da RealTransfer. Esta situação, que infelizmente não ficou resolvida durante o exercício de 2022, é uma situação cuja regularização se perspectiva que tenha início no decorrer do exercício de 2023.

6. CONTROLO INTERNO

A RealTransfer realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração de Orçamento, dos Planos de Atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos Relatórios de Atividades. Desta forma, é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista e em tempo útil, da situação económica e financeira da Instituição.

É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia através da comparação dos resultados com os objectivos delineados, assegurando a regularidade fiscal e demonstrando a mesma perante os órgãos de administração e de fiscalização e assim contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição.

O sistema de Controlo Interno da instituição é composto por três áreas distintas e autónomas, que são elas:

- Gestão de Riscos;
- Auditoria Interna;
- Conformidade.

A Gestão de Riscos trabalha essencialmente com base no Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, implementado nos termos da Secção III do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, de 15/07/2020.

O Controlo do Risco é efetuado com base nos processos desencadeados por todas as áreas da RealTransfer incluindo os processos de elaboração de precingi (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de *Research* Macroeconómico (através da recolha de dados Macroeconómicos dos principais mercados). De toda a análise efetuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente relevantes, dando prioridade no acompanhamento de processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efetuado tem como objetivo a mitigação do risco de forma global, sendo que, sempre que um processo ou procedimento possa desencadear um risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a respectiva mitigação.

Também a Auditoria Interna desempenha um papel fundamental no controlo dos processos e procedimentos desencadeados dentro da instituição, sendo as visitas de auditoria efetuadas com regularidade a todas as áreas funcionais da empresa, com especial incidência na rede de balcões. Destas visitas resultam relatórios que contêm recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas, dando assim cumprimento ao Artigo n.º 23 do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal. Para além dos processos de auditoria propriamente ditos, cabe ainda a esta área o tratamento de todas as reclamações que chegam à instituição, quer por meio de registo em livro de reclamações físico, livro de reclamações eletrónico ou diretamente para o email da instituição, assim como a gestão de todo o processo de retenção de numerário suspeito.

Ao Departamento de *Conformidade* cabe a verificação do cumprimento de todas as normas, leis e regulamentos aplicáveis, com especial incidência na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no Financiamento ao Terrorismo, de acordo com o Artigo n.º 28 do Aviso 03/2020 do Banco de Portugal. Durante o ano de 2022 foram ainda elaborados e submetidos todos os reportes legalmente exigíveis, como é o caso do RPB (Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo). Importa ainda referir que a RealTransfer nomeou uma nova responsável de Conformidade, em substituição da anterior, no período em reporte, que se encontra ativamente em funções após aprovação do Banco de Portugal.

7. PERSPECTIVAS - ANO DE 2023

Tendo por base o ano de 2022, que demonstrou ser um ano de significativa recuperação na economia em geral e na RealTransfer em particular, o ano de 2023 perspectiva-se um ano de continuação do crescimento sendo já notória a melhoria dos resultados no primeiro trimestre do ano.

Para este ano prevemos continuar a forte aposta que tem sido feita no corredor Brasil, dinamizando o nosso serviço com a introdução de novas formas de pagamento que nos permita oferecer um produto mais competitivo e diferenciado.

Continuar a apostar na dinamização e otimização da nossa rede de Balcões, tornando-os mais atractivos e competitivos, através da administração de formação a todos os colaboradores, melhoria e aprimoramento das campanhas de Marketing, Publicidade e Comunicação, e continuação da aposta e foco na satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Queremos continuar a diversificar a nossa oferta criando corredores próprios mais competitivos e que vão ao encontro da necessidade cada vez mais exigentes dos nossos clientes, perspetivando-se ainda um longo caminho até que estes corredores se encontrem plenamente estabelecidos.

Continuamos a considerar que as operações que realizamos através dos nossos parceiros, tanto os agentes como os correspondentes, são de extrema relevância para a RealTransfer e trabalhamos todos os dias para manter a boa relação que temos com todos eles e assim poder prestar aos nossos clientes uma oferta variada e competitiva no mercado dos pagamentos.

Relativamente à Rede de Agências da RealTransfer, a mesma tem vindo a ser alvo de reestruturação desde o final do ano de 2019, antes mesmo da existência do estado de pandemia generalizado na Europa, com o objectivo de manter o maior número de postos de trabalho e salvaguarda da solidez financeira da empresa ao mesmo tempo que dinamizamos a sua organização. Durante o ano de 2023 prevemos aumentar o número de colaboradores nas nossas agências para fazer face ao aumento da procura dos nossos serviços, sendo este um processo já iniciado à data de elaboração deste relatório. Caso surjam oportunidades relevantes, iremos aumentar a nossa Rede de Agências por forma a ir ao encontro das necessidades dos nossos clientes.

Continuaremos a apostar na consolidação da empresa, apostando na formação dos nossos Quadros por forma a elevar ao nível de excelência os nossos serviços e prosseguiremos o rigoroso controlo de custos que tem sido feito até aqui, tão essencial para a nossa continuidade e prosperidade.

Tendo cumprido o nosso objetivo para 2022, o de garantir a continuidade, estabilidade e crescimento da empresa e atingir os resultados positivos, colocamos agora como objetivo para o ano de 2023 a consolidação e robustecimento desse crescimento e melhoria.

Importa ainda referir que, após o termo do exercício de 2022, o Banco de Portugal, concedeu em 30 de janeiro de 2023 autorização para o exercício de funções do Dr. Manuel Lázaro Oliveira Brito, em representação da DFK & Associados, SROC, Lda., e do Dr. Miguel Nolasco Palma, respetivamente enquanto Fiscal Único efetivo e suplente para o remanescente do mandato 2019/2022, da Realtransfer – Instituição de Pagamento, S.A.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral:

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão;
2. Que sejam aprovadas as Contas e o Balanço referentes ao exercício de 2022;
3. Que os resultados positivos do exercício no montante de **170.713,39€** (cento e setenta mil setecentos e treze euros e trinta e nove cêntimos) sejam levados a reserva legal, reservas livres e resultados transitados.

Aplicação de Resultados de 2022		
Reserva Legal	37 091,75	21,7%
Reservas Livres	93 327,77	54,7%
Resultados Transitados	40 293,87	23,6%
	170 713,39	100%

9. RECONHECIMENTO

O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso do exercício económico em apreço, apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa atividade, especialmente ao Banco de Portugal e seus técnicos, pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações;
- Aos accionistas Casa Campião e Ultra SGPS, pelo apoio, o interesse, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço, dedicação e leal desempenho demonstrados;
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;
- À DFK & Associados, SROC, Lda., nomeadamente ao Dr. Manuel Lázaro Oliveira Brito e ao Dr. Miguel Nolasco Palma pela forma cuidada, profissional e colaborativa com que abraçaram este novo projeto.
- À Contabilista Certificada da nossa empresa;
- Ao escritório de advogados Ferreira Pinto Cardigos, na pessoa do Dr. Rui Simões pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa;
- A todos os colaboradores do nosso Agente NovaCâmbios, que nos têm acompanhado nesta jornada.

Lisboa, 22 de março de 2023

O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



Vera Figueira Aires

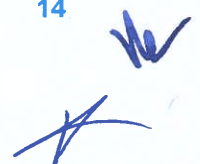


Vasco Álvares de Melo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)



BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2022

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido Ano	Ano Anterior
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	512 725,15		512 725,15	407 982,86
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	5	668 605,31		668 605,31	657 849,20
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	31 769,27		31 769,27	29 612,15
Aplicações em instituições de crédito	7	142 700,00		142 700,00	141 500,00
Outros Ativos tangíveis	8	931 369,83	696 100,65	235 269,18	232 370,09
Ativos intangíveis	9	51 926,21	39 826,68	12 099,53	16 809,68
Ativos por impostos correntes	10	11 792,69		11 792,69	11 794,08
Ativos por impostos diferidos	10	67 173,72		67 173,72	118 756,60
Outros Ativos	11	5 157 540,54		5 157 540,54	4 872 297,47
Total de Ativo		7 575 602,72	735 927,33	6 839 675,39	6 488 972,13
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de Crédito	12			500 000,00	500 000,00
Passivos por Impostos Correntes	10			29 192,20	11 338,26
Outros Passivos	13			1 274 664,91	1 112 528,98
Total de Passivo				1 803 857,11	1 623 867,24
Capital					
Capital	14			600 000,00	600 000,00
Outras reservas e resultados transitados	15			4 265 104,89	4 511 739,27
Resultado do exercício				170 713,39	(246 634,38)
Total de Capital				5 035 818,28	4 865 104,89
Total de Passivo e Capital				6 839 675,39	6 488 972,13

Lisboa, 22 de março de 2023

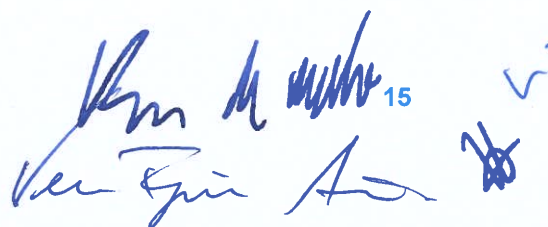
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2022

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	Ano	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares	16	37,46	43,06
Juros e encargos similares	16	8 755,15	
Margem Financeira		(8 717,69)	43,06
Rendimentos de serviços e comissões	17	430 619,38	252 713,09
Encargos com serviços e comissões	18	902 831,43	899 334,64
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	4 690 046,21	3 404 780,25
Outros resultados de exploração	20	(70 682,89)	143 114,83
Produto Bancário		4 138 433,58	2 901 316,59
Custos com pessoal	21	2 624 426,97	2 071 405,07
Gastos gerais administrativos	22	1 203 922,68	1 058 470,42
Amortizações de exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	23	58 595,46	52 931,94
Resultado Antes de Impostos		251 488,47	(281 490,84)
Impostos		80 775,08	-34 856,46
Correntes	10	29 192,20	11 338,26
Diferidos	10	51 582,88	(46 194,72)
Resultado Líquido do Exercício		170 713,39	(246 634,38)

Lisboa, 22 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2022

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

Actividades Operacionais	Notas	Ano 2022	Ano Anterior 2021
Recebimentos de comissões	17	430 619,38	252 713,09
Pagamento de comissões	18	(902 831,43)	(899 334,64)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	21 / 22	(3 828 349,65)	(3 129 875,49)
Resultados de reavaliação cambial	19	4 690 046,21	3 404 780,25
Caixa gerada pelas operações		389 484,51	(371 716,79)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10	(11 327,49)	(11 338,26)
Aplicações e recursos em IC's	7	1 200,00	9 700,00
Outros recebimentos/pagamentos		(197 156,82)	37 524,80
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		182 200,20	(335 830,25)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	8	54 512,25	26 245,19
Activos intangíveis	9	2 272,15	7 225,28
		56 784,40	33 470,47
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(56 784,40)	(33 470,47)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	-	500 000,00
Juros e rendimentos similares	16	37,46	43,06
		37,46	500 043,06
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	16	8 755,15	-
		8 755,15	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		(8 717,69)	500 043,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		116 698,11	130 742,34
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 207 332,06	1 076 589,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 324 030,46	1 207 332,06
<i>Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa</i>		-	-

Lisboa, 22 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2022

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2020		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	559 022,65	83 136,14	5 111 739,27
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020	15	-	-	-	83 136,14	(83 136,14)	-
Resultado líquido do exercício de 2021	15	-	-	-	-	(246 634,38)	(246 634,38)
Saldo em 31 dezembro 2021		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	642 158,79	(246 634,38)	4 865 104,89
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021	15	-	-	-	(246 634,38)	246 634,38	-
Resultado líquido do exercício de 2022	15	-	-	-	-	170 713,39	170 713,39
Saldo em 31 dezembro 2022		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	395 524,41	170 713,39	5 035 818,28

Lisboa, 22 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A REALTRANSFER – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A (Empresa) é uma sociedade anónima em Lisboa, constituída em 14 de dezembro de 2007 e resulta de alteração da denominação social da REALTRANSFER – Agência de Câmbios e Pagamentos, S.A..

Tem como objecto principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às instituições de pagamento e a prestação de serviços de transferências de dinheiro de e para o exterior.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.



Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2022 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da RealTransfer são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por

variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes,

conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos

para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição, onde representa o valor detido nas Caixas dos Diversos Balcões:

Caixa	2022	2021
Moeda Nacional	265 639,94	199 857,30
Moeda Estrangeira	247 085,21	208 125,56
Total	512 725,15	407 982,86

5. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Disponibilidades OIC	2022	2021
Moeda Nacional	653 057,80	633 751,86
Moeda Estrangeira	15 547,51	24 097,34
Total	668 605,31	657 849,20

6. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros	2022	2021
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	31 769,27	29 612,15
Total	31 769,27	29 612,15

7. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição e detalhe:

Aplicações em IC	2022	2021
Poupança Prazo 1	14 500,00	14 500,00
Poupança Prazo 2	33 600,00	33 600,00
Poupança Prazo 3	18 500,00	18 500,00
Poupança Prazo 4	37 600,00	37 600,00
Poupança Prazo 5	37 500,00	36 300,00
Poupança Prazo 6	1 000,00	1 000,00
Total	142 700,00	141 500,00

8. Outros Ativos Tangíveis

O movimento ocorrido em 2021 e 2022 para os Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Edifícios	88 629,92	10 900,80	0,00	0,00	1 362,60	76 366,52
Obras em Edifícios	0,00	0,00	12 521,99	0,00	1 837,38	10 684,61
Equipamento	746 373,79	560 693,43	23 291,61	-20 204,92	22 793,70	165 973,35
Total	835 003,71	571 594,23	35 813,60	-20 204,92	25 993,68	253 024,48

	Saldo em 01jan2021		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2021
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Edifícios	88 629,92	12 263,40	0,00	0,00	0,00	76 366,52
Obras em Edifícios	12 521,99	1 837,38	12 926,69	0,00	2 984,50	20 626,80
Equipamento	749 460,48	583 487,13	13 318,50	0,00	43 915,08	135 376,77
Total	850 612,39	597 587,91	26 245,19	0,00	46 899,58	232 370,09

	Saldo em 01jan2022		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2022
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Edifícios	88 629,92	12 263,40	0,00	0,00	1 362,60	75 003,92
Obras em Edifícios	25 448,68	4 821,88	32 760,91	0,00	4 779,93	48 607,78
Equipamento	762 778,98	627 402,21	21 751,34	0,00	45 470,63	111 657,48
Total	876 857,58	644 487,49	54 512,25	0,00	51 613,16	235 269,18

RESUMO	Saldo em 01jan2022		Amortizações do Exercício		Amortizações Acumuladas	Saldo em 31dez2022
	Valor Inicial	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Ano		
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	876 857,58	54 512,25	931 369,83	51 613,16	696 100,65	235 269,18

9. Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2021 e 2022 foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Software	0,00	0,00	10 295,49	20 204,92	22 682,82	7 817,59
Trespasse	3 547,05	3 547,05	8 381,32	0,00	582,15	7 799,17
Total	3 547,05	3 547,05	18 676,81	20 204,92	23 264,97	15 616,76
	Saldo em 01jan2021		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2021
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Software	30 500,41	22 682,82	7 225,28	0,00	4 635,20	10 407,67
Trespasse	11 928,37	4 129,20	0,00	0,00	1 397,16	6 402,01
Total	42 428,78	26 812,02	7 225,28	0,00	6 032,36	16 809,68
	Saldo em 01jan2022		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2022
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Software	37 725,69	27 318,02	2 272,15	0,00	5 585,14	7 094,68
Trespasse	11 928,37	5 526,36	0,00	0,00	1 397,16	5 004,85
Total	49 654,06	32 844,38	2 272,15	0,00	6 982,30	12 099,53
RESUMO	Saldo em 01jan2022		Amortizações do Exercício		Amortizações Acumuladas	Saldo em 31dez2022
	Valor Inicial	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações Ano		
ACTIVOS INTANGIVEIS	49 654,06	0,00	51 926,21	6 982,30	39 826,68	12 099,53

10. Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos

O valor de **11.792,69€** de Activos por Impostos correntes é relativo ao Pagamento Especial por Conta de IRC efectuados nos anos de 2016, 2017 e 2018, cujo a totalidade do valor irá ser abatido ao pagamento do IRC de 2022.

Durante os exercícios de 2019 a 2022 a empresa não efectuou pagamento especial por conta de IRC.

Activos por Impostos Correntes	2022	2021
PEC - Pagamento Especial por Conta	11 783,31	11 783,31
Retenções na Fonte	9,38	10,77
Total	11 792,69	11 794,08

O valor dos impostos referentes ao exercício de 2022 é de **80.775,08€**, resultante de um **Imposto Corrente de 29.192,20€** e de um **Imposto Diferido por Prejuízo Fiscal de 51.582,88€**.

Activos e Passivos por Impostos	2022	2021
Resultado Fiscal	311 623,24	(219 974,87)
Resultado Antes de Impostos (RAI)	251 488,47	(281 490,84)
<i>Impostos Correntes</i>	<i>(29 192,20)</i>	<i>(11 338,26)</i>
<i>Impostos Diferidos</i>	<i>(51 582,88)</i>	<i>46 194,72</i>
Total de Impostos	(80 775,08)	34 856,46
Resultado Líquido do Exercício	170 713,39	(246 634,38)

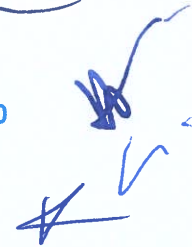
O cálculo do Imposto Corrente é de **29.192,20€** e o valor a pagar é de **17.399,52€**, depois de abatido o PEC-Pagamento Especial por Conta de IRC e as Retenções na Fonte de **11.792,69€**.

Cálculo do Imposto Corrente	2022	2021
Imposto a 17%	4 250,00	-
Imposto a 21%	8 608,00	-
Derrama 1,5%	4 674,35	-
Tribuição Autónoma	11 659,85	11 338,26
Total de IRC	29 192,20	11 338,26

Apesar dos resultados negativos obtidos nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2021 a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados.

Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

Nos cálculos dos impostos diferidos dos exercícios anteriores a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável, este ajustamento é com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espectável para os exercícios futuros.

O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

- Em 2022 o total era de **67.173,72€** e em 2021 de **118.756,60€**
- A Empresa deduziu na conta **Ativos por Impostos Diferidos** o valor de **51.582,88€**

Esta diminuição deve-se ao facto da empresa ter apresentado resultado positivo no exercício de 2022

O valor de Ativos por Impostos Diferidos desagrega-se como se segue:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo Inicial	Dedução do Prejuízo Fiscal	Saldo Final
Saldo em 31.dez.2019	93 510,48		93 510,48
Dedução do prejuízo fiscal referente a 2019		(3 895,57)	(3 895,57)
Dedução do prejuízo fiscal referente a 2020		(17 053,03)	(17 053,03)
Saldo em 31.dez.2020	93 510,48	(20 948,60)	72 561,88
Activos por Impostos Diferidos por Prejuízos Fiscais 2021		-	46 194,72
Saldo em 31.dez.2021	72 561,88	-	118 756,60
Dedução do prejuízo fiscal referente a 2022		(51 582,88)	(51 582,88)
Saldo em 31.dez.2022	118 756,60	(51 582,88)	67 173,72




11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica detalha-se da seguinte forma:

Outros Ativos	2022	2021
Devedores e Outras Aplicações	3 393 015,40	3 133 058,78
Cauções Contractuais	25 000,00	75 000,00
SIBS	25 000,00	75 000,00
Processos Judiciais	9 750,00	63 974,93
Furtos de Lojas	0,00	45 630,83
Segurança Social	0,00	5 094,10
Proc.º 44245/21,DYLPEP	9 750,00	13 250,00
Outros Devedores Nacionais	3 312 133,53	2 938 729,76
ULTRA - SGPS, SA	2 704 359,57	2 291 322,84
UltraServiços, Lda.	587 263,92	587 263,92
Casa Travassos, Lda.	20 510,04	60 143,00
Outros Devedores Estrangeiros	46 131,87	55 354,09
NovaCâmbios Angola	46 131,87	52 614,00
Dikamba	0,00	2 740,09
Outras Disponibilidades (Agentes e Correspondente)	1 545 201,73	1 520 943,40
Ordens de Pagamento a Agentes e Correspondentes	1 545 201,73	1 520 943,40
Adiantamentos a Agentes e Correspondentes	55 299,72	54 300,16
Adiantamento a Agentes e Correspondentes	55 299,72	54 300,16
Rendimentos a Receber	5 614,00	3 026,02
MoneyGram	4 391,81	1 966,73
SIBS	1 222,19	1 059,29
Despesas com Encargo Diferido	126 159,15	123 380,79
Seguros	10 408,91	9 910,08
Rendas	45 253,38	38 233,79
Cauções de Rendas	64 557,07	67 446,07
Outras Despesas Diferidas	5 939,79	7 790,85
Outras Operações a Regularizar	32 250,54	37 588,32
Falhas / Sobras de Caixa	11 463,38	11 463,38
Documentos a aguardar Facturas	1 520,82	1 156,49
Outras operações activas a regularizar	19 266,34	24 968,45
Total	5 157 540,54	4 872 297,47

O saldo mais significativo é com o seu maior agente de envios para o Brasil (NovaCâmbios Portugal).

12. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2022	2021
de Outras Instituições de Crédito		
Millennium BCP - Millennium FEI EGF	500 000,00	500 000,00
Total	500 000,00	500 000,00

Em 6 de dezembro de 2021, foi celebrado contrato de crédito com o Banco Millennium BCP, ao abrigo da linha de crédito "Millennium FEI EGF" por um prazo de 5 anos.

13. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rúbrica detalha-se da seguinte forma:

Outros Passivos	2022	2021
Fornecedores, Estado, e Credores	957 244,77	930 648,09
Fornecedores	12 931,72	33 908,43
Fornecedores Residentes	12 931,72	33 908,43
Sector Público Administrativo	67 395,37	57 566,29
Segurança Social e Autoridade Tributária	67 081,75	57 634,49
Cobranças de Terceiros - Penhora de Vencimentos	313,62	-68,20
Credores	876 917,68	839 173,37
Outros Credores	876 917,68	839 173,37
Credores em Suspenso	4 246,05	3 878,93
Outros Credores - Transferências de Valores	872 671,63	835 294,44
Encargos a Pagar	317 420,14	181 880,89
Férias, Subsídios de Férias e Encargos Sociais	266 191,20	96 640,46
Outros Custos de Pessoal a Pagar	36 841,11	6 328,38
Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	14 387,83	78 912,05
Total	1 274 664,91	1 112 528,98

O **Sector Público Administrativo** diz respeito aos seguintes impostos a pagar em janeiro de 2023:

- Contribuições para a Segurança Social
- FCT-Fundo de Compensação do Trabalho
- Retenções na fonte s/ Rendimentos do Trabalho e Prediais
- Imposto do selo

Os **Credores em Suspenso** são Ordens de Pagamento não reclamadas pelos Beneficiários.

Os **Encargos a pagar ao Pessoal** refere-se à responsabilidade da empresa à data de 31 de dezembro relativa aos encargos com as Férias, com os Subsídios de Férias e os respetivos encargos com a Segurança Social.

14. Capital

O capital social da RealTransfer, SA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por **600.000 acções nominativas**, com o valor nominal unitário de **1 euro** cada uma.

A empresa tem 2 pessoas colectivas como accionistas, e em 31 de dezembro de 2022 as suas participações no capital social eram as seguintes:

Accionista	(%) Capital	Valor
ULTRA - SGPS, S.A.	91,67%	550 000,00€
CAMPIÃO & Cª, LDA.	8,33%	50 000,00€
Total	100,00%	600 000,00€

15. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	2022	2021
Reserva Legal	612 908,25	612 908,25
Reservas Livres	3 256 672,23	3 256 672,23
Resultados Transitados até o ano de 2015	2 549 286,90	2 549 286,90
Resultados Transitados do ano de 2016	(1 503 593,30)	(1 503 593,30)
Resultados Transitados do ano de 2017	(128 106,71)	(128 106,71)
Resultados Transitados do ano de 2018	(378 067,56)	(378 067,56)
Resultados Transitados do ano de 2019	19 503,32	19 503,32
Resultados Transitados do ano de 2020	83 136,14	83 136,14
Resultados Transitados do ano de 2021	(246 634,38)	-
Resultados Transitados	395 524,41	642 158,79
Total	4 265 104,89	4 511 739,27

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 a Reserva Legal está totalmente constituída nos termos da Lei.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor de Outras Reservas corresponde a reservas livres e estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral em **1 de julho de 2022**, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tendo sido deliberado que o resultado líquido negativo no montante de **246.634,38** Euros fosse transferido para Resultados Transitados.

16. Margem Financeira

A margem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2022	2021
Juros e Rendimentos Similares	37,46	
Juros de Aplicações OIC	37,46	43,06
Juros e Encargos Similares	(8 755,15)	-
Juros de Empréstimos	8 755,15	
Total	(8 717,69)	43,06

17. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	2022	2021
Serviços de Transferências	411 738,50	243 200,94
Serviços Monetários	18 880,88	9 512,15
Total	430 619,38	252 713,09

18. Encargos com Serviços e Comissões

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2022	2021
Serviços Bancários	128 547,07	141 502,71
Serviços de Transferências	774 284,36	757 831,93
Total	902 831,43	899 334,64

19. Resultados de reavaliação cambial (líquido)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 4.690.046,21€ e de 3.404.780,25€ respectivamente:

Resultados de Reavaliação Cambial (líquido)	2022	2021
Ganhos em Operações Financeiras	4 725 081,82	3 416 433,72
Perdas em Operações Financeiras	35 035,61	11 653,47
Margem das Operações Financeiras	4 690 046,21	3 404 780,25
Margem em Divisas	3 312 580,11	2 940 309,64
Margem em Notas	1 377 466,10	464 470,61
Margem das Operações Financeiras	4 690 046,21	3 404 780,25

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.



20. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	2022	2021
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(89 472,06)	(73 948,10)
Quotizações e Donativos	5 970,54	4 014,50
Outros Encargos e Gastos	527,75	4 403,13
Multas e Outras Penalidades	538,25	531,80
Juros de Mora / Juros Compensatórios (IRC)	202,00	41,15
Gastos de Exercícios Anteriores	82 233,52	64 957,52
Outros Impostos	(4 591,00)	(5 454,72)
Imposto do Selo	3 676,67	4 328,97
IUC	403,58	402,56
IMI	171,49	171,49
Taxas	339,26	551,70
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	23 380,17	222 517,65
Subsidio à Exploração - COVID 19	224,70	50 658,34
Subsidio à Exploração - IAPMEI	3 136,00	2 197,00
Subsidio à Exploração - IEFP	-	109 060,00
Outros Rendimentos e Receitas	3 051,01	-
Rendimentos de Exercícios Anteriores	16 968,46	60 602,31
Total	(70 682,89)	143 114,83

21. Custos com o Pessoal

A empresa na rubrica de custos com o pessoal tem o seguinte detalhe:

Custos com Pessoal	2022	2021
Remunerações	1 400 706,71	1 244 561,80
Subsídio de Férias e de Natal	356 590,66	165 238,43
Encargos Sociais s/ Remunerações	409 904,81	318 892,79
Fundo de Compensação do Trabalho	641,28	589,47
Caixa de Previdência dos Advogados	510,36	-
Cedência de Pessoal	217 762,76	156 802,37
Subsídio de Refeição	134 891,08	120 837,13
Subsídio de Transporte	25 075,00	16 925,00
Seguro de Acidentes de Trabalho	12 927,78	13 557,99
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	2 523,83	3 342,52
Seguro de Saúde	24 819,56	23 690,82
Indemnizações Contratuais	7 966,89	4 387,75
Fundo de Pensões - <i>Futuro</i>	2 206,25	2 579,00
Gastos com Acção Social	27 900,00	-
Total	2 624 426,97	2 071 405,07

O número médio de funcionários ao serviço em 2022 foi de **96**, no ano de 2021 foi de 89.

No final do ano de 2022 o número total de funcionários era de **103** e no ano de 2021 eram 88.

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os seguintes custos:

- Descontos para o regime geral de segurança social
- Fundo de Compensação
- Encargos com Higiene e Segurança.

Os outros custos com pessoal traduzem os seguintes custos:

- Cursos de formação profissional
- Transferência de pessoal
- Indemnizações contratuais
- Seguros.

22. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2022, os gastos gerais administrativos totalizaram 1.203.922,68€ e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos	2022	2021
Água, Energia e Combustível	43 601,80	30 877,98
Material de Consumo Corrente	15 796,55	10 420,10
Material para Assistência e Reparações	1 130,15	834,93
Material de Higiene e Limpeza	3 177,15	2 188,75
Outros Fornecimentos	775,87	393,62
Total Gastos com Fornecimentos	64 481,52	44 715,38
Gastos Gerais Administrativos com Serviços	2022	2021
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	503 637,60	366 384,72
Aluguer de Espaços	26 358,30	21 884,48
Aluguer de Viaturas	9 952,84	18 254,00
Comunicações	48 922,65	44 065,65
Deslocações e Representação no País	81 629,75	53 874,53
Deslocações e Representação no Estrangeiro	42 874,38	31 327,35
Despesas de Representação	32 634,96	16 946,36
Publicidade	95 999,87	106 660,58
Conservação e Reparação	18 552,09	26 735,24
Transporte de Material	1 127,23	2 134,63
Formação Profissional	1 740,45	4 786,66
Seguros	18 040,20	14 746,59
Avenças e Honorários	47 418,24	52 429,04
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	1 618,66	-
Serviços de Informática	169 767,40	183 282,77
Serviços de Segurança e Vigilância	19 297,08	18 597,86
Serviços de Limpeza	5 548,89	1 086,25
Serviços de Ligação de Dados	12 374,95	13 631,13
Outros Serviços de Terceiros	1 945,62	36 927,20
Total Gastos com Serviços	1 139 441,16	1 013 755,04
Total de Gastos Gerais Administrativos	1 203 922,68	1 058 470,42

23. Amortizações do exercício

Durante o exercício de 2022 e 2021, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

Ver Notas 8 e 9

Depreciações e Amortizações do Exercício	2022	2021
Ativos Fixos Tangíveis	51 613,16	46 899,58
Ativos Intangíveis	6 982,30	6 032,36
Total	58 595,46	52 931,94

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa tinha as seguintes Garantias Bancárias activas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Loja	Valor
Caixa Económica Montepio Geral	Rio Sul Shopping	10 509,78
Caixa Económica Montepio Geral	Gaia Shopping	18 981,26
Caixa Económica Montepio Geral	Forum Montijo	14 313,73
Caixa Económica Montepio Geral	Loures Shopping	33 593,08
Caixa Económica Montepio Geral	Forum Almada	18 360,48
Caixa Económica Montepio Geral	Algarve Shopping	37 519,30
Caixa Económica Montepio Geral	Via Catarina	37 427,88
		170 705,51

24.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresenta o seguinte saldo de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Ver Nota 12 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

Instituição	Produto Financeiro	Valor em Dívida
Millennium BCP	Financiamento à atividade empresarial - Millennium FEI EGF	500 000,00
		500 000,00

24.3. Partes Relacionadas

Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2022, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

Empresa	Saldo a 31/12/2021	Varição	Custos	Proveitos	Saldo a 31/12/2022
RT Namíbia	(19 783,48)	14 894,48	-	468,22	(4 889,00)
RT Angola	(321 209,85)	(191 515,00)	-	8,97	(512 724,85)
NC Portugal	1 103 866,83	322 718,89	398 908,50	-	1 426 585,72
NC Angola	99 774,00	(318 632,06)	-	52 478,56	(218 858,06)
Ultra SGPS	2 291 322,84	413 222,54	295 745,50	-	2 704 545,38
Ultra Serviços	594 976,49	(375,00)	88 677,95	-	594 601,49
Ultra Viagens	1 349,86	-	-	-	1 349,86
Casa Campião	14 496,28	(214,07)	14 132,97	-	14 282,21

25. Eventos subsequentes

Apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação que perdura ao longo do ano de 2023, aliado ao aumento generalizado da taxa de inflação e das taxas de juros a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

Foi recebida e paga este ano de 2023, uma Contra Ordenação do Banco de Portugal, identificada como Processo N.º 203/20/CO, no valor de 15.127,50€, referente ao não cumprimento das Normas da Elaboração dos Procedimentos do Controlo Interno.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a RealTransfer não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.

Lisboa, 22 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade



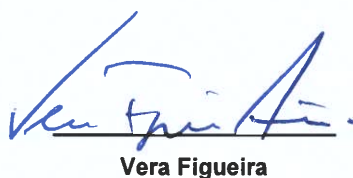
Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044

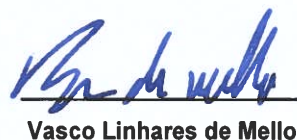
O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



Vera Figueira



Vasco Linhares de Mello

**III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL ÚNICO**



REALTRANSFER – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2022

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a checkmark-like symbol and a small 'u'.

Sede Rua Cidade de Córdova nº 2A | 2610-038 Alfragide – Portugal | T.+ 351 213 243 490 | dfk.lisboa@dfk.com.pt | www.dfk.pt

DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social 482.700,00 Euros
Inscrição na OROC nº 149 | Inscrição na CMVM nº 20161460 | An Independent Member Firm of DFK International

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, (que evidencia um total de 6.839.675 euros e um total de capital próprio de 5.035.818 euros, incluindo um resultado líquido de 170.713 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reserva

A rubrica, Outros ativos inclui o montante de 587.264 euros, relacionado com adiantamentos efetuados em exercícios anteriores à entidade relacionada Ultra Serviços – Consultoria e Serviços, Lda, cuja recuperação se apresenta incerta face à redução de atividade e indefinição estratégica da Ultra Serviços no contexto do Grupo Ultra SGPS.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Enfases

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2021, exercício comparativo, a qual não foi emitida por nós incluía uma reserva relacionada com divergências nas confirmações de saldos com os Correspondentes, as quais haviam resultado de valores em trânsito de final de exercício em operações com os Correspondentes localizados no Brasil.

A Entidade apresenta no seu ativo um montante a receber do seu acionista maioritário, Ultra SGPS, SA, no valor de 2.704.360 euros (2.291.323 euros em 2021). A Administração encontra-se a desenvolver um plano de reestruturação financeira do Grupo Ultra SGPS e, entende, que o valor indicado será integralmente recebido no exercício de 2023.



A rubrica, Outras disponibilidades (Agentes / Correspondentes), inclui um valor aproximado de 1.400.000 euros a favor da Realtransfer sobre a entidade relacionada Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA. Apesar do saldo em causa resultar de operações correntes de correspondente, entendemos referir que o valor mencionado inclui cerca de 1.100.000 euros, que estão em apreciação pelo Banco de Portugal, no contexto de uma proposta de conversão deste valor numa participação financeira sobre Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA.

Conforme descrito na nota 25 do Anexo, a Entidade no exercício de 2022 não adotou a IFRS 16 – Locações, por considerar que a mesma não tem impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

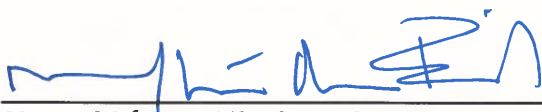
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Alfragide, 12 de abril de 2023



Manuel Lázaro Oliveira Brito
(ROC n.º 850, inscrito na CMVM sob o n.º 20160474)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2022, a atividade da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Alfragide, 12 de abril de 2023

O FISCAL ÚNICO



Manuel Lázaro Oliveira Brito
(ROC n.º 850, inscrito na CMVM sob o n.º 20160474)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA

